



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 23 DE JANEIRO DE 2023

Ata n.º 16

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de treze de janeiro e aditamento de dezassete de janeiro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeiro Secretário: Carlos Duarte Vieira Gabriel; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila Nova;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação das atas de 14/11/2022 e 5/12/2022;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento da Relação dos Compromissos Plurianuais;----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento da proposta do Sistema de Controlo Interno;

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento da atualização da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira;-----

PONTO CINCO: Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e de Ferreiras; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p), do n.º1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à atribuição de Concessão de Utilização de Domínio Público Marítimo, Instalação e Exploração de Apoio de Praia Municipal completo com equipamento associado, localizado na unidade balnear 1 da Praia da Falésia/Alfamar; ---

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao PRR SM1 - Estudo para identificar as áreas com maior potencial de redução de perdas e as medidas adequadas a tomar; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de assessoria especializada para a constituição de comunidades de energia renovável com gestão agregada a nível intermunicipal; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação do Voto de Pesar apresentado pelo CHEGA "Voto de Pesar pela morte de S.S o Papa Bento XVI"; -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Domingos Manuel Martins Coelho, Carlos Emanuel Rafael Vieira, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva,



Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Teresa Cristina da Palma Neto, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Paderne - João Ruaça, de Ferreiras - Jorge do Carmo e da Guia - Dinis Nascimento.. -----

Faltas: Inês Mendonça, Helena Simões e Cláudia Sofia Pais Raimundo. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Carlos Gabriel e Teresa Neto.-----

Registou-se ainda, a presença dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Victor de Oliveira Ferraz, e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

Não havendo intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

José Vila Nova: "Boa noite senhor Presidente, boa noite senhor Vice-Presidente, aproveito para desejar as rápidas melhoras ao nosso Presidente Dr.º Carlos Rolo. Boa noite aos membros desta Assembleia e boa noite a todos que nos estão a ouvir lá em casa. O assunto que me traz aqui hoje está relacionado com a substituição do Senhor Presidente nos eventos fora desta assembleia. Refiro-me a um evento que decorreu em Paderne, tivemos mais uma edição do Paderne Medieval no fim do ano transato, e uns dias antes fui contactado para saber se eu tinha disponibilidade para substituir o senhor Presidente, por motivos profissionais, eu não pude estar presente, declinei esse convite e o meu raciocínio logo foi que o senhor Presidente não está, a sua colega de bancada e de mesa, Cláudia Raimundo também não está, portanto, à partida, não há representação conforme aquilo que é o nosso Regimento, capítulo dois, artigo nono, ponto três em que diz, e passo a ler: o Presidente é substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Primeiro Secretário e este pelo Segundo Secretário. Não tenho presente se foi no dia a seguir que, em conversa com a Cláudia, ela me diz que, não foi



contactada sequer para lhe perguntarem se tinham disponibilidade para representar o senhor Presidente neste evento. Nós sabemos que isto são convites de cortesia e muito bem, portanto, a meu ver, o facto de não estar o Senhor Presidente nem a Primeira Secretária, nem o Segundo Secretário presente, o Regimento é claro, não passa para ninguém desta Assembleia, sabemos todos que o Senhor Presidente é eleito pelos seus pares, tanto a Primeira Secretária e o segundo Secretário, portanto, a mesa. Isto não tem abertura a se fazerem representar por outros membros, até porque, aquilo que me foi dito, foi que, antes de mim, contrataram um outro membro que, por acaso é da bancada do PS, o senhor Domingos Coelho, pelos vistos também não tinha disponibilidade e depois quem vai representar o Senhor Presidente é a deputada Sílvia Dias. Eu acho que isto não é a forma correta de nós trabalharmos, portanto, espero que o Senhor Presidente tenha isto em conta para não se repetir no futuro, porque cai mal. O facto de não contactarem a Primeira Secretária, que é a única e a primeira pessoa a representar o Senhor Presidente neste tipo de eventos. Normalmente, e o que o Regimento diz, e é bem claro, é que a representação é feita dentro da Assembleia Municipal, portanto se existe convites de cortesia e se entenderem que, na sua ausência, se faça representar pelos outros dois membros da Mesa, muito bem, mais do que isso, não. Se estiver a pensar fazer alguma alteração ao Regimento, eu pessoalmente, digo já que voto contra." -----

Carla Madeira: "Boa noite a todos, eu queria deixar aqui as minhas felicitações ao executivo e aos presidentes de Junta de Freguesia pelos eventos que decorreram no Natal e passagem de ano. Deixar os meus parabéns, especialmente a Paderne por mais um evento do Paderne Medieval, superou todas as nossas expectativas em todos os dias do evento. Queria também deixar aqui uma notazinha acerca do mercado municipal, queria perguntar a este executivo o que é que correu mal na última terça-feira?"-----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, em primeiro lugar, desejar um bom ano para todos, um bom dois mil e vinte e três, desejar também as melhoras para o Senhor Presidente e dizer que, no passado dia vinte e oito de Dezembro, foi apresentado aqui um livro em que o título é "A Guia nos trilhos da História", um livro muito interessante sobre a história da Guia e quero aqui dizer que se alguém tiver interesse, eu tenho ali livros para oferecer a todos os deputados, e ao



executivo, se quiserem no final podem vir ter comigo, que tenho um livro para cada um de vocês."-----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos da Assembleia e a quem nos acompanha lá em casa, as melhoras também para o nosso Presidente, José Carlos Rolo. Relativamente à intervenção do nosso Segundo Secretário, gostava de fazer aqui uma consideração. Óbvio que, eu diria que, os elementos da mesa, o primeiro e segundo secretários estarão, por ordem, diríamos de prioridade, mas me parece que não havendo essa possibilidade, que deverá ser aberto a qualquer membro da Assembleia de uma forma rotativa, a poder representar a Assembleia. Se não houver essa possibilidade dos 3 membros da Mesa, penso que, é uma questão eu diria até de, valorizar a própria Assembleia, é melhor estar alguém, de facto, que pertença à Assembleia do que não estar ninguém, ou seja, que a Assembleia não esteja representada, penso que é uma visão pouco seletiva restringir à mesa, no entanto, a Assembleia é soberana para poder eventualmente até alterar o seu regimento. Agora, mais do que qualquer outra situação, penso que o importante é que o órgão esteja representado em qualquer cerimónia."-----

André Lima: "Boa noite a todos, em primeiro lugar queria reforçar a questão da deputada Carla Madeira em relação à nossa feira, que é que se passou na edição, deveria ter acontecido a semana passada e não aconteceu? Em segundo lugar, venho agradecer, porque, finalmente, desde setembro que eu ando com esta questão e finalmente chegou por escrito, por e-mail, a resposta à questão dos apoios para as escadas do Peneco e confirma-se que recebemos o apoio, fico satisfeito por isso, que o dinheiro veio ou está para vir, e que foi assinado o termo, só queria deixar aqui uma consideração, primeiro, nitidamente a informação do Presidente estava errada, ou seja, aquilo foi, senão uma troca de um "não" que estava lá. A minha questão foi no sentido de porque é que não se concorreu, que era o que lá estava, e pelos vistos concorreu-se e até veio o dinheiro e foi necessário fazer esta pergunta quatro vezes para vir uma resposta que, afinal era simplicíssima, era dizer que "afinal a gente enganou-se e pôs aí um não", depois era só riscar aquele não e estava resolvido, acho que é desnecessário e volto a reforçar para quem está lá em casa, volto a reforçar que continua a ser muito importante e muito relevante nós virmos aqui e fazemos as perguntas que tivermos a fazer, repeti-las as vezes que forem necessárias, insistir, porque, eventualmente, as respostas chegam."-----



Mónica Coimbra: “Boa noite a todos, Albufeira esteve em grande atividade durante o mês de dezembro com festividades e eventos de Natal e Ano Novo. Assim sendo, temos as seguintes questões: a pista de gelo pareceu não ter correspondido às expectativas gerais, quais foram as entidades consultadas para a prestação deste serviço? O que determinou a escolha da entidade que prestou serviço? Segunda pergunta, acerca do Mercadinho de Natal, chegaram-nos uma série de relatos de comerciantes insatisfeitos com as condições encontradas, o que se passou? Terceira, é possível saber o custo total destes eventos de Natal e de Ano Novo? Ou é aparente sigilo como a Feira de Caça e Pesca que até hoje não foi enviada qualquer informação relacionada?”-----

Carlos Quintino leu documento. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Carla Vieira: “Boa noite a todos, Senhor Presidente da Mesa, Senhor Vice-Presidente, membros da Assembleia, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, público que nos está a acompanhar em casa, portanto, a minha intervenção de hoje tem duas vertentes. A primeira é uma recomendação, o qual gostaríamos que fosse dada a devida atenção e que tem a ver com as indicações aos munícipes sobre o circuito de alteração de trânsito na estrada das Açoteias, face à execução da empreitada e repavimentação da estrada. Ora, as indicações não são visíveis, nem são perceptíveis em determinados troços, o que leva a enganos na circulação, pelo que pedimos que a sinalização fosse revista e recolocada nos devidos locais para que possa ser vista por todos. A segunda, são pedidos de esclarecimentos ao Senhor Vice-Presidente, alínea A, relativamente ao evento final de ano, Carpe Nox vinte e três, gostaríamos de saber que serviços foram incluídos no evento que justificasse o pagamento da quantia de trezentos e trinta e dois mil e quinhentos euros? Alínea B, quanto à aquisição de serviços de catering para o mesmo evento, entenda-se evento de final de ano, gostaríamos de saber quais as entidades consultadas para a prestação deste serviço, uma vez que, de acordo com o Código dos Contratos Públicos, só é possível justificar se a aplicação do artigo vigésimo número um alínea C quando existam, pelo menos três entidades consultadas para a escolha daquela prestação serviço. Questiono ainda, por que razão o contrato foi celebrado apenas a três de janeiro de dois mil e vinte e três? Alínea C, em relação ao mercado quinzenal e após este tempo todo sem acontecer, é lançado um comunicado nas redes sociais com pouca antecedência e depois verificou-se que não aconteceu. Perguntamos o que se passou e que se vai passar no curto e longo



prazo em relação a este assunto? Alínea D, considerando as subdimensionadas condições de vários serviços públicos e a população residente e flutuante e atendendo a que é uma promessa eleitoral transversal a todas as candidaturas, questionamos qual o ponto de situação da candidatura à Loja do Cidadão?"-----

Luís Afonso: "Cumprimentar o Senhor Presidente da mesa e restante mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara, restante vereação, colegas deputados aqui presentes e Presidentes de Junta, e o público lá em casa. O colega de bancada, Carlos Quintino falou sobre o problema da água, da dessalinização. Há uma outra questão também que é a falta de chuva, faz com que a nossa Ribeira de Paderne que atravessa o nosso concelho, neste momento, não corre. Noutro fim-de-semana fui passear pelo campo e vi que a Ribeira de Paderne corre até à ribeira de Algibre, aí deixa de correr, a água entra toda no solo, vem sair aos Olhos de Água através da rede subterrânea? Não sei, o que é certo é que, aí entra no solo e não volta a correr, mas quando chover mais, mas corre e vai toda para o mar, se calhar era importante os açudes que existem nessa ribeira e que são alguns, ao serem eventualmente reconstruídos até para utilização como recriação nos moinhos de água, era importante. A água ao ficar aí retida, também irá entrar nos lençóis de água subterrâneos, irá favorecer a agricultura, a fauna, porque os animais agora não têm onde beber, não há, zero, raposas, coelhos, etc., E para a agricultura, no verão passado, houve alguns relatos de foros de água para a agricultura que vieram a dar água salgada, porque escaciou no subsolo a água doce. Os açudes retêm pouca água é certo, mas até que ponto não seria de equacionar os açudes de maior tamanho? Não estou a pensar em fazer na ribeira de Paderne, nenhuma barragem como a do Alqueva, mas qualquer coisa que segurasse ali a água, para que essa água se infiltrar-se no subsolo, que os animais pudessem utilizá-la, que se pudesse alimentar os subsolos, os furos para a agricultura e para tudo isso. Em termos de água utilizável no concelho, penso eu, posso estar errado, a água utilizada no concelho provem de barragens através de um tubo enorme que serve vários concelhos e em termos de um terramoto, que parte esse tubo, como é que o concelho tem água? Eu não sei se há possibilidade de os furos que antigamente alimentavam o conselho serem reativados, será que sim? Será que não? Será que se estivermos a uma presa de água, chame-se açudes, chame-se barragem seja o que for, não poderá ser uma reserva de água estratégia? Deixo essa questão para a gente pensar nisso."-----



Luna Silva: "Nobréssima Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, público presente e o que nos vê em casa, a todos vós os meus cumprimentos. Desejo ainda as rápidas melhoras ao senhor Presidente da Câmara Doutor José Carlos Rolo. Em Assembleia Ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, o ponto seis da ordem-do-dia tratou de ser o seguinte: apreciação e deliberação do inventário de património respeitante ao ano de dois mil e vinte e um, de acordo com o mesmo, relativamente a bens imóveis do domínio privado e domínio público, foram efetuados trinta e oito movimentos de aquisição, construção no valor de cinco milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil novecentos e trinta e sete euros e sete cêntimos, cento e vinte e quatro movimentos de grandes reparações e beneficiações em oitenta e quatro bens no valor de cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil cento e setenta e cinco euros e noventa e oito cêntimos, perfazendo assim ambas as situações no valor total de onze milhões, duzentos e vinte e oito mil cento e treze euros e cinco cêntimos, efetuaram-se ainda quatro movimentos de abate no valor de cento e dezassete mil novecentos e trinta e nove euros e setenta e nove cêntimos, sendo que três foram relativos a anexação e que já se encontravam completamente amortizados. Verificaram-se ainda seis movimentos de diminuição em quatro bens, no valor de catorze mil setecentos e setenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos relativo revisões de preços. Foi apresentado o mapa de bens intangíveis adquiridos. O mapa de bens intangíveis com aumentos, o mapa de bens e tangíveis abatidos e o mapa de bens intangíveis com diminuições, contudo a apresentação de valores e representações, não identifica os imóveis a que se refere o mapa nem a sua localização. Na análise de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, apresenta bens móveis, terrenos, edifícios e outras construções e infraestruturas, património histórico, artístico e cultural, equipamento militar de segurança e defesa e outros bens de domínio público. Face ao exposto apresento o meu pedido, entrego a esta Assembleia Municipal, um requerimento onde venho solicitar um pedido da listagem de todos os bens pertencentes a este Município, a sua localização e o seu fim. Venho ainda clamar pela documentação dos imóveis, nomeadamente cadernetas prediais, certidões permanentes e alvarás, autorizações de utilização. Obrigada." -----

Sílvia Dias: "Boa noite a todos os presentes na sala, todos os Vereadores, Presidentes de junta, a todos os que nos estão a ouvir. Quero desejar as rápidas melhoras ao



senhor presidente de Câmara, José Carlos Rolo e quero felicitar pelas belas iniciativas que as nossas freguesias têm realizado, como eu só defensora das tradições, quero dar um louvor à Junta de Freguesia da Guia, Paderne, Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água por festejarem e mostrar aos mais novos as nossas tradições com os cantares das Janeiras. Foi uma iniciativa de louvar e valorizar. Outra situação que também quero valorizar foi o lançamento da autora Idalina Nunes Nobre, "A Guia nos trilhos da História", que é uma obra muito bem conseguida e que retrata muitas situações desconhecidas na freguesia da Guia. Outra situação é questionar, o mercado de Natal organizado pelo Município de Albufeira, desenvolveu-se e naquele período que nós sabemos todos, e a colega Mónica Félix, já falou e partilhou algumas situações, eu queria sugerir uma delas, para além das que já foi falado, porque não isentar o pagamento do parque de estacionamento? Porque eu fui lá com a minha família mais do que uma vez e tive que pagar o estacionamento, porque não? Para a próxima em Dezembro não pagarmos o estacionamento, e fica tudo muito mais fácil e se calhar, temos mais população a aderir a este tipo de atividades."-----

Domingos Coelho: "Gostaria de deixar aqui uma nota sobre o estado atual da baixa de Albufeira, depois das luzes da ribalta da passagem de ano, diria que se define por duas palavras: às escuras e fechada. Começando pela falta de iluminação na Rua da Bateria até à Rua Nova, quatro candeeiros tradicionais que estão os quatro apagados junto, às traseiras do restaurante a Ruína eu diria que, quase temos que andar às apalpadelas. Na rotunda do relógio, tem dois candeeiros desses tradicionais antigos, estão os dois apagados. Na travessa da Igreja Matriz, tem dois candeeiros tradicionais que estão apagados e a acrescentar a esta situação da falta de iluminação pública, acrescenta-se a falta de iluminação dos estabelecimentos que estão fechados, porque têm as luzes interiores e exteriores fechadas, apagadas e, portanto, Albufeira está, às escuras e também está fechada. No cais tem um estabelecimento aberto, na avenida vinte e cinco de abril, tem dois estabelecimentos abertos, no largo Duarte Pacheco tem dois estabelecimentos abertos, na rua cinco de outubro tem um estabelecimento aberto, na Travessa Cândido dos Reis e Rua Cândido dos Reis tem um estabelecimento aberto, onde é que está a política do executivo para combater a sazonalidade? E aquela medida que aqui foi proposta para isentar o pagamento das esplanadas? Eu na altura levantei essa questão, esta política só serve para ajudar a fechar os estabelecimentos, os únicos estabelecimentos que deviam beneficiar de apoio são aqueles que estão abertos,



porque fazem um esforço para pagar a mão-de-obra, para eventualmente ter pouca caixa e ainda por cima, tem o mesmo benefício do que aqueles que fecharam e foram de férias. Albufeira não consegue, o executivo não consegue ter uma política de reanimação e de combate à sazonalidade na baixa de Albufeira, há bastante tempo e a situação é aquela a que chegamos calamitosa. Ressalva-se no meio disto, o esforço da Junta de Freguesia, na pessoa da nossa Primeira-secretária Cláudia, que tem tentado na baixa inovar alguns aspetos ultimamente, particularmente uma espécie de biblioteca, diria, pública aberta, diríamos assim, mas a questão é, se aquele tipo de tentativa de reanimar aquela zona, se é compatível com o tipo de turista que ali temos? Eu julgo que esta iniciativa talvez se adequasse mais, por exemplo, aqui na zona da praça, nas zonas verdes da Quinta da Palmeira, ou seja, o problema que se põe sempre, eu diria é o mesmo, é o perfil do turista que temos e com o perfil de turista, vamos ter sempre a sazonalidade que temos e esses esforços, eu diria como este da biblioteca ou parecido, é uma gota de água num oceano de alta sazonalidade."-----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos. Quero relevar o facto de a Assembleia Municipal de Albufeira deixar de ser gerida pelas redes sociais, depois de algumas postagens que ouvi, feitas nas redes sociais e não vejo hoje aqui retratadas, como já vi no passado, fico contente que a Assembleia deixe de ser gerida pelas redes sociais, embora, obviamente, não deixo de achar que existem aqui dois pesos e duas medidas, porque quando foi numa situação anterior, não se passou mesmo, mas também sinceramente, por parte do senhor Presidente da Assembleia Municipal não esperaria outra coisa. Aliás, senhor Presidente, eu acho que você fazia um favor a todos e a si próprio se pedisse a sua demissão." -----

Raúl Ferreira: " Boa noite senhor Presidente da Assembleia, senhor Vice-presidente da Câmara Municipal, Mesa, Deputados e demais presentes nesta sala, queria fazer aqui uma sugestão e, ao mesmo tempo uma questão ao executivo que prende-se com o seguinte: Albufeira é um concelho que tem tanto quanto consegui apurar, mais de quinhentos loteamentos aprovados, nesses loteamentos existe sempre lotes de cedência e zonas de cedência ao município. A minha questão é a seguinte, existem registos desses lotes que foram cedidos ao Município? Segunda questão, por que motivo não se dá aproveitamento a esses lotes de cedência? Eventualmente, poderiam servir para a construção de equipamentos, para associações, para clubes, eventualmente até com algumas alterações que certamente seriam simples efetuar aos



loteamentos, poderiam ser aproveitados para construir habitações, estou-me a lembrar para professores, para pessoal médico, enfim, pessoas que se se querem fixar aqui no concelho e que, devido ao alto custo da habitação não o conseguem fazer, possivelmente, poderiam ser construídos edifícios para habitação nesses lotes e, de alguma forma, criar um protocolo com os ministérios e servir para fixar essas pessoas que tanta falta fazem ao concelho. Gostaria que o executivo assim que possível, fizesse esse levantamento ou se tem esse levantamento e o tornasse público de forma a que nós pudéssemos, de alguma forma, efetuar propostas para a utilização desses lotes de terreno que foram cedidos ao município."-----

Adriano Ferrão: "Boa noite à Mesa, Vice-Presidente, Senhor Presidente da Mesa, excelentíssimos secretários, os meus companheiros aqui Deputados Municipais ou Membros da Assembleia Municipal e ao excelentíssimo público que está, com certeza, alguns deles a ver. Eu queria só trazer aqui um breve apontamento que é, este sim também está às escuras, mas aqui as escuras, são mais culpa do Governo e tem a ver com a saúde em Albufeira e com o centro de saúde de Albufeira, e com o sacrifício que é, a quem precisa do centro de saúde, ficar facilmente ali seis, sete, oito horas à espera de ser atendido. A culpa está, evidentemente, na falta de pessoal técnico, sobretudo médicos, porque me foi dito que estavam sete médicos no centro de saúde, mas só dois é que estavam ao serviço, por várias razões, por baixas e por férias, só estavam dois. Ora, quando estamos numa época sazonal, de frios, chuvas, de humidade em que doenças do foro torácico e pneumológico são comuns, abunda ali uma população de pessoas que enfermam e que hoje se compõe não só de Albufeirenses, já cá residentes, mas também daqueles que emigraram para cá para trabalhar, de comunidades com os brasileiros, como cidadãos de leste, e agora ali padecem, e que aumentam as anomalias e as fraquezas. O défice daquele centro de saúde em prestar serviço à população. Por isso, este apontamento também vai de encontro ao que o executivo da Câmara possa, de alguma maneira também junto das entidades centrais, solicitar que haja melhorias em Albufeira para a saúde dos Albufeirenses." -----

Mónica Coimbra: "Então gostaríamos ainda de perguntar o seguinte: relativamente aos documentos que temos insistentemente vindo a solicitar, pelo menos desde a sessão de julho até às sessões de dezembro de dois mil e vinte e dois, que já foram seis vezes, voltamos a repetir, regulamento do funcionamento do Pavilhão Municipal e do Pavilhão dos Olhos de Água, o regulamento dos critérios de atribuição dos espaços dos



pavilhões do concelho e os critérios definidos para atribuição dos protocolos aos clubes e às associações. Isto já cai no ridículo, porque até hoje não recebemos quaisquer documentos ou uma resposta por escrito. Posto isto, só tiramos duas conclusões, ou realmente não existem estes documentos ou então não existe vontade que estes documentos nos sejam dados a conhecer."-----

Presidente da Assembleia: "Espero que o Senhor Presidente rapidamente melhore e volte ao nosso seio. Falei com ele hoje, disse-me que já está mais ou menos em condições de poder regressar, que precisa de fazer algum repouso, mas que estará entre nós dentro em pouco. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Secretário e quanto a esta situação da representação ou não representação, a questão é ligeiramente diferente. De facto, o artigo nono, número três, faz referência ao facto de o Presidente ser substituído pela primeira e pelo segundo secretário, mas única e exclusivamente nas matérias relacionadas com a Assembleia Municipal, de facto, não existe qualquer suporte no que diz respeito ao Regimento e mesmo fora do Regimento para a representação do Senhor Presidente ser feita por outra pessoa que não o Senhor Presidente. A intenção e a ideia aqui era, de facto, permitir que houvesse uma possibilidade caso o senhor Presidente, não estivesse presente, poderem membros de outras forças políticas, estar na qualidade de representantes da Assembleia Municipal. Fizemos uma reunião de conferência de líderes e, verificámos que, não há unanimidade e não havendo unanimidade, não haverá, a possibilidade de adaptarmos este tipo de solução, apesar de ser uma solução que, só iria engrandecer a Assembleia Municipal, mas pode ser, uma vez que não há a unanimidade pretendida para este efeito. Como já tinha acontecido anteriormente, a Senhora primeira secretária, tinha substituído o Presidente numa outra situação, eu dei indicação para que, no caso da passagem de ano, também pudesse fazer e, fosse comunicado que estaria em representação, se assim se poderá dizer, do Senhor Presidente e no fundo dar aos membros da Assembleia a possibilidade de poderem estar presentes também noutros eventos na qualidade de membros da Assembleia Municipal. Como referi, não havendo esta unanimidade ou não havendo este acordo, naturalmente que fica sem efeito qualquer tipo de solução nesse sentido e o Senhor Presidente estará presente quando puder, quando não estiver não haverá essa representação."-----

Vice-Presidente: "Antes de mais enviar um abraço ao nosso Presidente da Câmara que está em casa a vermos e ouvirmos, cumprimentar os Senhores Deputados, Senhores



Presidentes de Junta, público aqui presente. Relativamente à primeira questão que foi levantada pela deputada Carla Madeira relativamente à situação do mercado municipal, a situação é muito simples, nós através do Senhor Vereador que está aqui hoje, procuramos uma situação alternativa para o mercado municipal. Foi identificado um terreno que tem um carácter provisório, no dia em que efetivamente era para ser realizado o mercado municipal, apareceram mais feirantes do que aqueles que o espaço comporta e, portanto, estavam cerca de oitenta e poucos inscritos e apareceram cento e tal segundo me informaram os feirantes, e entre eles próprios, decidiram não realizar o próprio mercado, porque não havia espaço para todos, portanto, é uma questão muito simples. Entretanto, já foi agilizado aqui um processo para que consigamos ter atempadamente o número de inscritos e adequar o espaço àquilo que são as inscrições, para dizer que, em primeira instância, o terreno é provisório. A ideia, e é público, já foi aqui afluído algumas vezes, avançar para Vale Pedras, e numa situação que possamos com dignidade, receber os nossos feirantes, recuperar o mercado municipal e, portanto, foi isto que se passou, para a semana e meia, já teremos mercado no local, com condições adequadas com mais organização para que corra tudo com a sua normalidade. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente, é a Junta de Freguesia da Guia, esperamos todos o livro, acho que é fundamental que nós consigamos de certa maneira valorizar aquilo que é o nosso património, e o lançamento daquele livro é um exemplo daquilo que de bom se faz no nosso concelho. O deputado André Lima, como penso que respondi à questão do mercado municipal, era exatamente a mesma. A questão da informação poder ter chegado mais cedo, podia ter chegado mais cedo e, portanto, não vou estar aqui a questionar a sua intervenção, como não acompanhei todo o processo de resposta, mas dizer que nós temos sempre a preocupação de enviar a informação toda necessária para que os senhores deputados estejam sempre devidamente esclarecidos. Relativamente à questão que foi colocada pela senhora deputada Mónica Félix, relativamente à pista de gelo, ao custo a informação sobre o mercadinho, eu acho que devemos ver isto numa perspetiva mais positiva, ou seja, foi feito um esforço por parte deste executivo para valorizar a baixa da cidade, para valorizar aquilo que é uma época baixa, para valorizar os nossos comerciantes, para valorizar aquilo que é a resposta que nós temos obrigatoriedade de dar aos nossos municípios e, portanto, o mercadinho do meu ponto de vista de Natal e a aldeia Natal e a complementaridade também do fim de ano, tem que estar frisada



nesse ponto de vista, ou seja, houve coisas que correram menos bem, houve coisas correram menos mal. Não sei aqui de cabeça, qual foi o custo da pista de gelo, está tudo identificado, portanto, está tudo no portal, os nossos serviços financeiros seguramente têm essa informação e vai ser enviada essa informação, se assim for solicitado de uma forma formal, mas eu acho que o sinal que nós temos que dar, é que houve movimento na baixa da cidade, houve aqui uma valorização daquele espaço. Houve a preocupação de nós darmos uma alegria às nossas crianças, houve uma preocupação, porque inserido neste próprio processo, esteve também a realização do circo, e nós lembramos o quão foi, eu próprio fui ao circo e devo dizer que foi um bom espetáculo. Houve a preocupação também de nós chegarmos às nossas crianças, e puderam partilhar um momento que os seus pais e, portanto, eu acho que no final do dia é importante, porque a opção B era nós não termos aldeia Natal, a opção B, era termos aquele espaço perfeitamente abandonado. Eu creio que esta valorização é para continuar, relativamente aos custos, não sei de cabeça, não consigo facultar, mas seguramente que irei pedir aos serviços para atempadamente enviar essa informação que digo, repito e sublinho é pública e, portanto, em devido tempo, pedirei aos serviços da Dra. Carla Farinha para que faça chegar essa informação. Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Quintino sobre a localização da dessalinizadora, a questão aqui creio que muito bem, nós, Município e nós região do Algarve, não temos nada contra aquilo que é o processo de instalação das dessalinizadora, acho que é fundamental, ainda há pouco falou-se aqui da questão da seca, e a questão da falta de água, e é natural que este tipo de infraestruturas tenham que ser acompanhadas por um estudo de impacto ambiental, portanto, é o mínimo que se pede, é uma intervenção deste género, é o mínimo que se pede a este tipo de obras, e seguramente que à Assembleia Municipal faremos chegar esta informação e seguramente que essa informação será facultada por quem de direito, porque, naturalmente, devemos ter em conta o impacto, que muito bem e tanto nesta altura, que se faça, se fala do ambiente, devemos ter em conta os impactos ambientais que este tipo de obra terá, se for no nosso concelho, não se sabe ainda, seja aqui, seja em Lagos, sejam em outro lugar. Relativamente à intervenção da senhora deputada Carla Vieira, a questão da alteração trânsito, eu devo dizer que passo lá todos os dias, e a sinalização consigo e acho que está bem visível e acho que houve aqui uma preocupação adicional relativamente a este processo, porque foi colocada informação porta a porta,



foi colocada informação no Facebook e, portanto, eu próprio tive algumas diligências pelo telefone com pessoas que têm lá estabelecimentos comerciais, procurou-se informar devidamente, naturalmente qualquer obra causa constrangimento, mas acho que é importante se nós quisermos a requalificação do nosso parque urbano que elas decorram. É uma questão de ver com os nossos serviços de rede viária se podemos eventualmente colocar mais informação ou sinalização de outra forma, eu consigo vê-la, mas lá está, acho que de uma forma, de uma forma responsável, se for possível. O Eng. Batalha está aqui, se for necessária mais sinalização, senhor engenheiro faça o favor de apontar, no sentido de termos devidamente, até por ser uma questão de segurança, a sinalética toda identificada. Falou-se aqui na questão do Carpe Nox, do catering, da questão das entidades convidadas, relativamente ao custo do fim-de-ano, não tenho aqui naturalmente, de cor, quais foram os custos, mas novamente, eu acho que ninguém pode ficar indiferente àquilo que foi a excelência deste fim de ano, àquilo que foi a valorização da marca de Albufeira, quer a nível regional, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Raras vezes não abríamos a televisão, não estava Albufeira, várias vezes, não ouvimos a reportagem antes e depois estava Albufeira, não está aqui em causa os custos, bem sei, mas se há custo que pode ser justificado que, se há custo que merece todo o nosso apoio é este custo, naquilo que foi a realização do fim de ano. O fim do ano não deve ser apenas visto como limitador entre si, ou seja, não deve ser apenas o espetáculo do fim de ano. O fim de ano é muito mais, digo sempre isto, o fim de ano é a valorização da marca de Albufeira, é o número de horas que nós, enquanto marca Albufeira passa nas televisões, é o número de linhas escritas nos jornais, é o número de entrevistas que são feitas e tudo isto valoriza a nossa terra. Se nos quisermos afirmar cada vez mais como capital do turismo, este é seguramente um bom exemplo daquilo que deve ser feito e deve ser apoiado, naturalmente, cumprindo com todas aquelas regras orçamentais e legais que, de resto, sempre cumprimos, mas lá estar, reitero todas estas questões que foram aqui levantadas serão facilmente identificados pelos nossos serviços financeiros. A questão do mercado municipal penso que já respondi, uma questão de alinhar ali algumas regras de inscrição para que as coisas possam decorrer da melhor maneira. A loja do cidadão existe um concurso que o município vai seguramente concorrer relativamente àquilo que são os apoios do PRR relativamente à questão da Loja do Cidadão, que passou a primeira fase de inscrição, nós estamos à espera que abra a segunda fase para fazer o procedimento de concurso



para ver se conseguimos através do PRR, creio que a verba inscrita é um apoio até um milhão de euros e, portanto, nós estamos focados para efetivamente trazer para Albufeira a Loja do Cidadão. Penso que todos concordaremos que a loja do cidadão é um serviço que muito contribuirá para a qualidade de vida dos nossos munícipes. Relativamente à intervenção do senhor deputado Luís Afonso, lá está, muito importante a questão das águas, da seca, do reaproveitamento, a agricultura, nós temos tido também, o Senhor Presidente em particular, é uma pessoa muito sensível a estas matérias, tenho a informação que as Águas do Algarve vão recuperar as fontes de Paderne e, portanto, há um processo, os furos de Paderne, é um processo que está em curso, saber se daqui por um mês ou por dois, se está efetivamente concluído também não consigo responder, mas esta é a informação que tenho de momento. Relativamente à intervenção da senhora deputada Luna Silva, penso que o nosso património tem todos os bens pertencentes ao Município, quer móveis, quer imóveis devidamente identificados, é uma questão que seguramente com o seu ofício, espero que, e está aqui o Senhor Vereador Ricardo, que atempadamente também lhe chegará a informação toda, que é pública e, portanto, está perfeitamente identificado aquilo que é o nosso património e seguramente que, aliás, acho que é uma informação simples de compilar, até diria que dentro de uma semana já deve ter esta informação tão simples quanto é porque nós temos efetivamente aquilo que é o património do Município devidamente identificado. Relativamente à intervenção da senhora deputada Silvia Dias acho muito bem, acho que as iniciativas das Juntas de Freguesia têm sido importantes até porque convém dizer que o município tem apoiado uma forma intransigente sempre estas iniciativas das Juntas de Freguesia naquilo que é a nossa intervenção, naquilo que é o nosso apoio direto ou indireto, as juntas de freguesia têm-se permitido ter este fôlego logístico ou financeiro que lhes permite e bem, repito, e bem, ter este tipo de iniciativas como as janeiras. A isenção do parque estacionamento, eu acho que há espaço sempre para melhorar, nós temos os parques de estacionamento concessionados, saber e quantificar quanto é que ficaria a isenção do parque estacionamento, versus o número de utilizadores, é algo que não sei se efetivamente nós conseguiríamos lá chegar, mas, mais uma vez, eu deixo aqui uma nota, nós temos que ver o copo meio cheio e quando digo o copo meio cheio, eu por acaso também tive noutra Município numa aldeia Natal, o que é um facto é que se pagava para tudo e mais alguma coisa, pagava-se para andar na pista de gelo, pagava-se para tirar



uma foto com o pai Natal, pagava-se para ir para cima do palco, pagava-se por tudo e mais alguma coisa, quer dizer, e nós temos um evento que é gratuito, temos um evento que é aberto à população que é, lá está, com dimensão cultural, temos um circo, temos apoio e temos intervenção das nossas associações, dos nossos clubes desportivos, temos um bolo-rei solidário, temos apoio à Casa, temos outras associações e, portanto, eu acho que o evento em si deve ser visto de uma forma positiva. Não sei se a isenção do parque de estacionamento traria mais pessoas, o que eu sei é que, efetivamente nada é pago na aldeia Natal e muito por isso, contribuiu o esforço que o Município faz, e bem, para organizar esta aldeia Natal. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Domingos Coelho, não sei se fez a intervenção com dados de hoje ou de ontem ou anteontem, há dois dias portanto, devo dizer que a situação está completamente regularizada, faltam apenas três luminárias relativamente à Rua Nova, à Ruína e relativamente ao problema da iluminação pública que está no centro de Albufeira. Tenho informação que, e eu próprio fui lá, portanto, há um dia atrás, faltam três luminárias para ser resolvidas, todas as outras situações estão resolvidas, portanto, pode sair daqui desta Assembleia Municipal, passar lá, eu vou consigo, se efetivamente a situação não estiver resolvida, volte cá outra vez. Está feito o desafio. Relativamente à iluminação privada, a eliminação privada e o facto de os estabelecimentos privados estarem encerrados durante o inverno, eu digo sempre que o Município deve fazer aquilo que lhe compete, e fazer aquilo que compete é efetivamente, garantir que exista promoção da baixa da cidade, da Avenida Sá Carneiro, e de todas as zonas que são um cartaz e um postal turístico, deve fazer aquilo que lhe compete. Se me disser que os empresários também têm que fazer aquilo que lhes compete, eu digo que sim e, portanto, eu acho que tem que haver aqui uma sinergia entre Municípios e empresários, mas lá está, nós não nos podemos abstrair da nossa responsabilidade, e a nossa responsabilidade é garantir que, durante aquele mês, o Município coloque todas as suas sinergias para garantir, que a baixa de Albufeira não se torne num deserto. A questão sobre a política do executivo para combater a sazonalidade, eu acho que não deve ser cingida apenas à questão, e digo isto de uma forma muito franca e aberta, à questão da baixa, na estratégia da autarquia não se pode cingir apenas à baixa e à Avenida Sá Carneiro, aquilo que é uma estratégia de longo prazo para combater a sazonalidade, não se deve estar limitada ou constrangida apenas à baixa da cidade e à Avenida Sá Carneiro, que são zonas de maior animação

turística noturna, por assim dizer. Nós temos, e há pouco o exemplo que lhe dei, daquilo que foi a aposta no fim de ano, naquilo que foi a aposta no Paderne Medieval, aquilo que foi a aposta da aldeia Natal, aquilo que foi a aposta no Solrir é precisamente um exemplo da valorização da marca e quando se diz valorização da marca é precisamente isto. E terá retorno a curto e a longo prazo e, portanto, acho que temos que criar mais sinergias e desenvolver aqui mais políticas de proximidade, mas lá está, o Município do meu ponto de vista, e bem, faz aquilo que lhe compete. Relativamente à intervenção do Senhor Leonardo Paço, a questão da demissão, é uma questão que não me assiste aqui responder. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Raúl Ferreira, acho que sim, concordo perfeitamente, e como disse relativamente à questão da Senhora Deputada Luna Silva, o nosso património terá seguramente um registo dos lotes de cedência e, portanto, é uma questão de esta informação chegar também em devido tempo à Assembleia Municipal, para que se possa efetivamente fazer aquilo que lançou, que acho que é um desafio interessante na questão da construção dos equipamentos da habitação, protocolos com os ministérios, com os professores. Nós temos, como sabe, um problema na nossa cidade, tem a ver com a habitação, não só para quem vem para cá trabalhar, mas também para os que cá residem e, portanto, dizer neste aspeto que estamos a tentar resolver este problema, agora com Paderne e também com a Quinta dos Caliços, e com a futura habitação na Rua Samora Barros e, portanto, estamos a tentar resolver a situação. Mas acho que é uma ideia que tem muita substância, com a qual concordo plenamente e eu darei indicações aos serviços para lhe enviarem esse levantamento em devido tempo. Relativamente à questão da intervenção do senhor deputado Adriano Ferrão, em relação ao centro de saúde e à falta de médicos, hoje mesmo de manhã, tive uma reunião com a Senhora Secretária de Estado da Saúde, aqui mesmo nos Paços do Concelho, e tive oportunidade de lhe dizer isso mesmo. Nós precisamos de um novo centro de saúde, nós precisamos do apoio do Ministério da Saúde. Nós precisamos de mais médicos, nós precisamos de uma política de proximidade, nós precisamos desse apoio e, portanto, não foi daqui sem o recado dado seguramente, daquilo que me compete a mim enquanto membro do executivo e, aliás, o Presidente da Assembleia Municipal esteve presente nessa mesma reunião e pode corroborar aquilo que eu disse à Senhora Secretária de Estado e foi precisamente aquilo que está aqui plasmado, recursos humanos, médicos de família, proximidade e acho que a Senhora Secretário de Estado tomou nota devida, sobre



aquilo que é necessário para colmatar aqui alguma eficiência, até porque nós não podemos ser capital do turismo, por um lado, com quinhentas mil pessoas e depois não termos resposta atempada, não só os nossos munícipes, mas também para aqueles que nos visitam."-----

Carlos Quintino: "Presidente prende-se com aquilo que será o formato dar a este pedido de esclarecimento. Aquilo que eu solicitei foi em termos de proposta, que esse esclarecimento se tornasse um pedido de esclarecimento oficial por parte da Assembleia e nesse sentido, aquilo que pretendo é que seja posto a votação, se efetivamente vai ou não em termos de pedido de esclarecimento oficial. É lógico que eu poderia dar outro formato, e sei perfeitamente disso, mas não quero tornar isto uma questão político-partidária, quero tornar isto uma questão muito mais abrangente e foi nesse sentido que fiz uma intervenção transversal sem entrar por questões político-partidárias e é esse esclarecimento que faço à mesa."-----

Presidente da Assembleia Municipal: "Senhor deputado, relativamente à questão do pedido de esclarecimento, seria conveniente se o pudesse colocar por escrito para ele ser votado e enviado a quem de direito. Tendo em consideração que é um ponto novo da ordem de trabalhos, tem que ser posto à votação, se será admitido para se requerer esta votação."-----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a admissão da proposta apresentada pelo membro Carlos Quintino.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta de admissão foi aprovada por unanimidade.-----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA SOBRE A CENTRAL DE DESSALINIZAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Carla Vieira: "A minha primeira intervenção foi, a recomendação da recolocação e revisão da sinalização da obra e da repavimentação da estrada de albufeira, naturalmente que, pelos vistos, não devemos passar pelos mesmos troços, porque o início da obra, portanto, têm de duas vertentes. Eu estou falar do cruzamento entre o The Pátio Suite Hotel em que, logo a seguir, não entramos pela estrada principal e temos de fazer o desvio pela Lagosteira, e não há indicação visível do desvio para Albufeira pela Lagosteira, portanto a sinalização está por detrás da placa publicitária do restaurante e eu tenho conhecimento próprio, porque eu própria me enganei há oito dias atrás, porque não tinha conhecimento. Por isso, é a recomendação e penso que, os serviços irão confirmar aquilo que eu estou a dizer. Relativamente ao pedido de esclarecimento do evento de final de ano, nunca se ouviu das minhas palavras, nem certamente ninguém ouviu aqui, colocar em causa o evento, a realização do evento, a valorização da marca Albufeira, porque efetivamente, Albufeira Prometida também partilha e comunga de tudo o que é evento, que é a promoção de Albufeira. Naturalmente, questionamos sim, que serviços é que foram incluídos no evento e relativamente aos serviços de catering, quais as entidades que foram consultadas para ser aquela que efetivamente prestou esse serviço, porque, naturalmente que eu consultei a página EGOV, e sei o que é que lá está escrito e o que tipo de contrato que foi celebrado por isso, gostaríamos de saber estes esclarecimentos. Só uma pequena achega, relativamente à Loja do cidadão, é importante e urge que realmente caso se abra, esperemos que sim, uma segunda fase que o Município concorra, porque não sei se é do conhecimento se não, mas eu pelas minhas funções, tive conhecimento hoje, que o Conservatório do Registo Civil se encontra encerrado para obras, o que realmente dificulta a prestação desse serviço a muitos dos utentes e munícipes." -----



Domingos Coelho: "Relativamente a esta, eu diria quase moção apresentada pela bancada do PSD gostaria de deixar aqui uma nota, é que não tem havido por parte do executivo nacional nenhum, segredo à volta deste projeto. Por duas vezes já houve esclarecimentos aqui nesta Assembleia, pelas entidades responsáveis pelo projeto e com certeza que todos esses estudos de impacto ambiental não deixarão de ser feitos, obviamente, porque são obrigatórios, portanto, da parte da bancada do PS não temos qualquer problema de aprovar esta moção, por razões óbvias, mas que isto não quer dizer que até aqui o processo não tenha sido transparente e penso que todos aqui comprovamos, podemos na altura própria ouvir explicações."-----

Mónica Coimbra: "Venho propor aqui ao Senhor Vice-Presidente uma reunião para nos esclarecer relativamente à documentação que solicitei, porque mais uma vez, não respondeu ao meu pedido. Não sei se foi esquecimento, mas agradecia que reunisse com Albufeira Prometida para, de uma vez por todas, esclarecer relativamente aos documentos nós temos pedido há mais de seis meses."-----

Vice-Presidente: "Acho que é uma questão de bom senso, se não há identificação temos que ir ao local. O senhor engenheiro Batalha está aqui com o seu bloco de notas, já tomou nota dessa situação. Eu passo sempre por outro lado, pela rotunda do pinheiro e, portanto, faço a volta toda e não reparei nessa circunstância, ao pé da lagosteira, não reparei sinceramente, tenho passado lá, na rotunda do Pinheiro, na rotunda das Oliveiras e mesmo na rotunda de Vale Carro e na estrada de Vale Carro, a sinalética, eu não tenho qualquer tipo de dificuldade, como disse, passo lá muito, não reparei nesse cruzamento da Lagosteira. Relativamente à Loja do Cidadão, devo dizer que se o Senhor Presidente estivesse aqui, também diria o mesmo, que este é um processo que se iniciou há cerca de um ano, tivemos oportunidade de in-loco reunir com o diretor da Agência de Modernização Administrativa, tivemos oportunidade em in-loco através da arquiteta Orlanda, fazer um projeto e apresentar esse mesmo projeto com a condição de estar perfeitamente maduro para ser aprovado e estar em condições de ser financiado pelo PRR, portanto, nós do nosso ponto de vista daquilo que é, e eu tenho acompanhado porque tenho esta questão da modernização administrativa daquilo que é responsabilidade do Município, tudo temos feito para que efetivamente a loja do cidadão possa vir para Albufeira, sobretudo por ser uma zona que acho que merece ser reabilitada e uma zona próxima de todos aqueles os Albufeirenses. Particularmente do centro da cidade, pessoas com alguma dificuldade de locomoção e, portanto, tem o



estacionamento, acho que é o local ideal e, como digo, já fizemos reuniões, eu já fui ao local, já foram feitos estudos para partir paredes, portanto, essa situação está toda a ser acompanhada pelo Município, por mim e pelo Senhor Presidente e, portanto, estamos perfeitamente à vontade para dizer que estamos dentro do assunto. Relativamente à reunião com o Albufeira Prometida, eu desde o início do mandato reúno todos os dias com centenas de pessoas, não diariamente, era quase impossível, mas nunca fechei a minha porta a qualquer tipo de pessoa, seja de partido político, seja um nosso munícipe, portanto, perfeitamente à vontade, quando tiver disponibilidade da parte de Albufeira Prometida, porque a porta do meu gabinete está sempre aberta, não é preciso grandes formalidades para marcar reuniões." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Segundo-Secretário para fazer a leitura resumida da correspondência, onde constava uma carta anónima sobre obras ilegais. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação das atas de 14/11/2022 e 5/12/2022; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 14/11/2022:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Carlos Gabriel e Teresa Neto, pelo que não votaram. -----



VOTAÇÃO DA ATA DE 05/12/2022:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Carlos Gabriel e Teresa Neto e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras pelo que não votaram. -----

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento da Relação dos Compromissos Plurianuais;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Gostava de um pedido de esclarecimento, oitava linha, onde diz ajuste direto e diz prestação de serviço de monitorização e recuperação da receita municipal sobre transações onerosas, um ajuste direto no valor de duzentos e catorze mil euros, a quem foi adjudicado este ajuste direto? E o que é que se pretende aqui alcançar com este ajuste direto?"-----

Vice-Presidente: "Esta questão foi levada na última reunião de executivo e têm sobretudo a ver com aquilo que é uma capacidade adicional de o Município estar devidamente informado na recuperação da verba respeitante o IMT. Como sabe, eu não sou especialista na matéria, existem muitas transações hoje em dia feitas no nosso Município através de fundos de investimento, através de offshores e por aí fora e, portanto, o que se pretende e, por vezes, não são devidamente comunicadas a quem de direito, ou são comunicadas de uma forma errada ou são comunicadas de uma forma propositada, que nem os serviços da Câmara consegue identificar, por vezes, presumo que nem as finanças consigam identificar corretamente, portanto, o que se pretende aqui e na própria documentação, se a memória não me falha, que foi levada à última reunião do executivo, já está plasmado uma recuperação adicional de quinhentos mil euros daquilo que era o IMT devido e que, por diversas circunstâncias, nós conseguimos recuperar, através deste novo procedimento, caso contrário, não seria



possível e, portanto, hoje em dia, nós vivemos num mundo cada vez mais global em que as compras são feitas de um momento para o outro e, portanto, envolvem fundos de investimento, offshores, complexidades financeiras que eu devo dizer, não as conheço todas. Mas posso fazer chegar a informação a si, e à Assembleia Municipal de que este, efetivamente foi uma boa medida, este ajuste direto, porque lá está, já temos um saldo positivo de cerca de quinhentos euros, que não teríamos se não tivéssemos este serviço.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento da proposta do Sistema de Controlo Interno; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento da atualização da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: “Apesar do ponto em concreto tratar de ser uma tomada de conhecimento e não um ponto a ser apreciado e deliberado, o partido Chega entende que deve ser mencionado o seguinte: de acordo com o documento datado de trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, título atualizações, o mesmo refere o seguinte: número dois, os competentes serviços camarários procederão à respetiva atualização no mês de novembro de cada ano e dela deram conhecimento à Câmara Municipal, número três, sempre que a Câmara Municipal achar justificável poderá, independentemente da atualização ordinária referida, propor à Assembleia Municipal a atualização, ou alteração total ou parcial. Número quatro, os valores resultantes das atualizações serão afixadas por prazo não inferior a quinze dias através de edital para vigorarem no ano seguinte, a partir de um de janeiro. Ora, não se entende nem sequer é injustificável, propor à Assembleia Municipal atualização extraordinária, alteração parcial, cingindo-se então apenas na média aritmética simples dos índices de preços do



consumidor sem habitação publicados pelo Instituto Nacional de Estatística. Contudo, devo lembrar esta câmara que, de acordo com artigo sete do Regimento da Assembleia Municipal, é da competência deste órgão a aprovação das taxas do município e fixação do respetivo valor. Face ao exposto, no sentido vigorar a colaboração e a clareza que o assunto requer, a deputada do Chega entende que teria sido de grande utilidade a intervenção e a pronúncia desta Assembleia nesta matéria, não cingido a câmara unicamente na média aritmética do Instituto Nacional de Estatística, como foi o caso." -----

Domingos Coelho: "E porque aqui já se falou do P5, do parque de estacionamento da avenida vinte e cinco de abril, que é um dos espaços que vem mencionado neste ponto, na documentação, e até por aquilo que a deputada Silvia Dias já tinha aqui levantado, dos custos do parqueamento, eu queria recordar que, em tempos uma compra feita na baixa permitia um parqueamento grátis durante duas horas. Ora, se havia medida que podia ajudar ao incentivo das pessoas de ir à baixa, fazer compras, beber um café que fosse esta era uma medida importante que, pelo menos, podia vigorar na época baixa. Admito que na época alta isso não acontecesse, portanto, na negociação que houve entre o executivo e a concessionária, penso que esta ressalva devia constar, devia ser renegociada, porque seria uma medida concreta de incentivo à ida à baixa." -----

Vice-presidente: "Muito obrigado na relativamente à questão levantada pela senhora deputada Luna Silva, penso que isto é uma questão de Lei, a questão da média aritmética simples é uma prática corrente e recorrente, não só deste Município, mas também de outros Municípios, portanto, compreendo a sua questão, mas se a memória não falha, isto foi exatamente o mesmo que aconteceu o ano passado e nos anos anteriores. Terá alguma razão, como digo, há sempre espaço para melhorar na questão daquilo que são os procedimentos. Este foi um procedimento que foi adotado em tempo, portanto, tem sido recorrente, mas fica registado aquilo que é o seu contributo, que é um contributo importante, aliás, como são todos os contributos que Vossa Excelência faz aqui nesta Assembleia Municipal. Relativamente à questão do senhor deputado Domingos Coelho sobre o parqueamento do P5, relativamente a isenção, e devo recordar que, nós temos dois parque estacionamento a cem metros um do outro e, portanto, se é evidente e é factual que o que está em frente ao Baltum é mais caro, nós temos um a cerca de cinquenta metros ou setenta, mas que é substancialmente mais barato e que está sempre vazio, portanto, uma hora, não sei



qual é o tarifário de cor, mas sei que é um tarifário substancialmente inferior, com mais lugares de estacionamento e está sempre e volto a frisar vazio. Esta medida de incentivo com a compra, na aldeia Natal não funcionaria, porque é tudo gratuito e, portanto, aqui essa questão que se colocava na aldeia Natal, nós temos o espaço todo gratuito e não havia esta questão da troca de tempo pelo valor, porque lá está é gratuito, provavelmente poderia funcionar algumas lojas de comércio tradicional. É uma ideia todas aquelas ideias que tiverem pernas para andar, serão seguramente também aqui tomadas em devida linha de conta."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO CINCO

Tomada de conhecimento dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e de Ferreiras; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: "Senhor Presidente, eu confesso que estava a ler um dos pontos da ordem de trabalhos mais em pormenor, e fui alertado pela minha bancada que teria sido lido um e-mail anónimo, e eu queria um pedido de esclarecimento à Mesa no sentido de que, daquilo que me parece, o Regimento não permite a leitura de correspondência ou e-mails anónimos. O Senhor Presidente pediu ao Segundo Secretário para ler, mas eu fui agora alertado pela minha bancada que, efetivamente isso poderá ter ocorrido e a ter ocorrido para não haver precedentes, eu queria efetivamente esse pedido esclarecimentos." -----

Presidente da Assembleia: "Senhor deputado, não tenho resposta para lhe dar neste momento, irei consultar aqui o Regimento e dar-lhe-ei então a resposta." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p), do n.º1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à atribuição de Concessão de Utilização de Domínio Público Marítimo, Instalação e Exploração de Apoio de Praia Municipal completo com equipamento associado, localizado na unidade balnear 1 da Praia da Falésia/Alfamar; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Nas regras, cláusulas do concurso constam os fatores de ponderação para a seleção dos concorrentes e apresentam seis fatores de ponderação, o fator que tem menor percentagem de ponderação, é o valor de contrapartida mensal em valor total das receitas brutas da exploração, dez por cento, portanto, aqui este fator ponderado com dez por cento, depois, os valores de investimento em soluções de inovação, vinte e dois por cento, o preçário para, um cabaz de produtos vinte por cento, para a derrama local dezanove, o valor do investimento total onze por cento, o valor da infraestrutura em passadiços e outros dezoito por cento. O que nós questionamos é que, o fator que levaria a uma maior recolha de receita para o Município, no fundo, para a gestão pública em benefício dos munícipes e da comunidade, é aquele que tem menos ponderação, dez por cento. O que no nosso ver não é muito correto, pensamos que era exatamente este o fator que devia ter uma percentagem mais elevada ou então que entre eles, fosse uma percentagem mais equilibrada."-----

Luna Silva: "É proposta a esta Assembleia Municipal que aprove o caderno de encargos, o programa do procedimento concursal que se anexam ao ponto da ordem do dia, é solicitado ainda que se homólogo o auto de vistoria número um, que teve como base as intervenções urbanísticas consideradas necessárias nas peças de procedimento concursal. Passemos à análise do auto, o auto de vistoria aponta que a inspeção foi realizada no dia dezanove de Junho do ano dois mil e vinte, pelas dez horas e que teve uma duração de duas horas e daí surge a minha primeira questão ou chamemos-lhe antes uma dúvida. É possível então que seja aberto um concurso para um ano de dois mil e vinte e três, com um auto de vistoria datado do ano dois mil e vinte? Prossequindo, de acordo com o mesmo, características principais físicas, geográficas hidrológicas, as arribas estão em risco. Sobre a verificação do prédio, a estrutura de madeira está em mau estado e precisa de substituição, os pavimentos em madeira estão também em mau estado, precisam ser substituídos na sua totalidade. A segurança contra incêndio combate precisa ser substituído, não existe acesso para pessoas com dificuldades físicas. A eletricidade não cumpre as normas de segurança em vigor, e está atualmente ligado ao hotel. As águas residuais do sistema autónomo e da rede pública estão ligadas ao hotel. O abastecimento de água está ligado ao hotel e



o muro de suporte em madeira existente está em risco de queda, repito, indicações do auto de vistoria datado de dois mil e vinte. Senhor Vice-Presidente, como é que se encontram atualmente toda estas dificuldades? Permanecem? Modificaram-se? É que ao fim ao cabo, estamos a homologar um auto de vistoria datado do ano dois mil e vinte em que não se sabe se até à presente data, houve sequer alterações. Tem dito."-----

Vice-Presidente: "Relativamente a este processo devo antes de mais colocar aqui uma nota de rodapé, para dizer o seguinte, como é público, este processo era gerido anteriormente pela APA e passou na questão da delegação de competências a ser gerido pelo Município, com todas as vicissitudes, com todos os constrangimentos que daí decorrem, com toda a natureza do novo para a autarquia, e o que está aqui em causa neste caso é um auto de vistoria, sim, é um caderno de encargos, sim, e é sobre tudo aquilo que é a atribuição da concessão para o apoio de praia municipal completo. Eu devo dizer que os critérios que nós decidimos colocar para atribuição desta concessão são critérios que têm sido a prática corrente, em praticamente todos os Municípios deste país e, portanto, quanto à questão do valor da contrapartida mensal, devo dizer que anteriormente não existia e, portanto, é pela primeira vez que é colocado neste concurso um valor de contrapartida mensal, não existia, e foi sempre da nossa parte a ideia, de certa maneira, salvaguardar aquilo que serão os concessionários destes apoios de praia. Porquê? Porque existem Municípios que invés desta contrapartida mensal, pagam por X metro quadrado, da utilização daquilo que é o apoio de praia municipal completo. O que é que isto podia ocorrer? Podia ocorrer que, nós tínhamos um apoio de praia com duzentos metros quadrados numa área com pouca afluência e uma outra ao lado com menos de uma área com mais afluência, e, portanto, que acontecia, onde existia mais afluência embora o espaço fosse menor, teria mais rentabilidade no fim do mês e, portanto, o que nós pretendemos aqui, o que eu decidi na altura, foi criar uma situação que fosse justa e equitativa no sentido de indexar um valor àquilo que era o rendimento mensal, portanto, se me disser que em dos dez por cento pode ser doze ou treze ou catorze, foi feita uma análise daquilo que é a generalidade dos cadernos de encargos a nível nacional, está aqui o arquiteto Rui e, portanto, a Comissão que foi criada por efeito teve em consideração este aspeto. Não existem, nunca, procedimentos ótimos, excelentes que consigam responder em termos percentuais, a tudo aquilo que eventualmente possa vir a ocorrer no futuro, mas creio que três ou quatro pessoas sentaram-se à mesa e analisamos, e este valor, penso que é



um valor que a Assembleia deve considerar como justo, como equitativo, sobretudo neste aspeto não relacionado com o metro quadrado de ocupação, mas sobretudo com aquilo que é a retribuição mensal do concessionário, portanto, a nossa preocupação foi sempre salvaguardar este aspeto. Relativamente à questão da vistoria e muito bem levantada pela deputada Luna Silva, devo dizer que, eventualmente, se não tivesse havido pandemia, este processo já estava concluído, na altura que foi feito o auto de vistoria, devo dizer que a situação pandémica atrasou este processo e é uma realidade, esta concessão é aquela que já terminou há mais tempo e, portanto, se me disser que nós desejaríamos estar hoje aqui a apresentar esta matéria, sim, mas também devo dizer que, na altura em dois mil e vinte, a delegação de competências ainda não era realidade e, portanto, penso que as suas questões são pertinentes. Nós preocupamo-nos sempre com a segurança dos nossos munícipes e a segurança dos nossos veraneantes e é precisamente que foi criada esta comissão de vistoria e, portanto, se não tivéssemos uma comissão de vistoria, estas questões que você levantou aqui podiam passar em claro e a nossa preocupação desde a primeira instância foi dentro destas vicissitudes todas, dentro de uma situação pandémica, dentro de uma situação depois agravada com todas estas dificuldades logísticas e o próprio funcionamento dos serviços, criou-nos aqui alguns travões que nós desejaríamos que estivessem resolvidas hoje esta, e devo dizer aos membros da Assembleia Municipal é o primeiro daqueles apoios de praia que cujo término já findou e, portanto, virão aqui mais seguramente, todos aqueles que estão em lista de espera, mas devo dizer que a nossa preocupação foi criar um caderno de encargos que fosse justo, equitativo, que tivesse esta dimensão técnica, que tivesse a preocupação com esta comissão de vistoria. Devo dizer que temos que parece simples, nem meia dúzia de linhas e meia dúzia de folhas, mas temos aqui quase um ano de trabalho e muitas reuniões, muitas reuniões também com a APA no sentido que criar de raiz, de novo, uma circunstância tão sensível para nós, Município, porque é a qualidade da resposta que tem que ser dada por estes apoios de praia e, aliás, devo dizer também no caderno de encargos, a duração do período é uma duração que vem no seguimento daquilo que são as anteriores indicações da APA e, portanto, o valor de investimento versus o número de anos de atribuição é exatamente aquele que tinha vindo a ser uma prática corrente da Agência Portuguesa do Ambiente. Portanto, não pretendíamos criar aqui uma rutura total com aquilo que tinha sido uma prática recorrente da APA, mas sim utilizar aquilo que eram os ensinamentos que tinham



estado presentes nos outros cadernos de encargos, adaptá-los e criar uma nova realidade. Devo dizer que aquilo que está aqui presente e deixava isto à consideração dos senhores deputados, está bem feito, não foi nada que fizemos num mês ou dois ou três, está aqui um ano de trabalho, há sempre matéria para melhorar de uma forma responsável, de uma forma humilde, mas devo dizer que foi o melhor que nós podíamos apresentar hoje e se houver mais alguma dúvida, depois terei todo o prazer em esclarecer com o senhor arquiteto Rui que também é aqui responsável.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: onze (11) Francisco Oliveira, Mónica Coimbra, Carlos Vieira, Luna Silva, Sílvia Dias, Margarida Guilherme, André Lima, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Ausências: uma (01) Raul Ferreira. -----

Votos a favor: doze (12) Adriano Ferrão, Carlos Quintino, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Carla Vieira, Teresa Neto, José Vila-Nova, Carla Madeira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao PRR SM1 - Estudo para identificar as áreas com maior potencial de redução de perdas e as medidas adequadas a tomar; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carlos Quintino: “Digníssima Assembleia, este estudo que é participado pelo Município de Albufeira e pelos outros Municípios do Algarve, visa estudar aquilo que é um dos mais graves problemas da gestão da água no Algarve e a nível nacional, que são as perdas do sistema e, portanto, eu queria aqui enaltecer a preocupação do Município neste sentido, porque acho que, dentro daquilo que são todas as preocupações que devemos ter na poupança de água, esta é uma das que faz mais sentido. Sabendo eu de



antemão que em redes muito dispersas, em redes com muitos quilómetros que muitas das vezes não têm, infelizmente, e por falta de alcance dos Municípios a devida substituição, ponto de vista de materiais que, depois deixam ter a resistência que deveriam ter, com este tipo de estudo, consegue-se efetivamente vir a apurar, espero eu, pelo menos, é essa a intenção do documento que me entregaram, identificar os pontos que efetivamente dão essas perdas e futuramente, trabalhar no sentido de as resolver e, portanto, uma palavra de apreço ao Município por efetivamente ter, em conjunto com os outros Municípios do Algarve apostado neste estudo.”-----

Luna Silva: “Senhor Vice-presidente, de acordo com a proposta apresentada com epígrafe estudo para identificar as áreas com maior potencial de redução de perdas e as medidas adequadas a tomar, acompanhamento, monitorização e avaliação estima-se que os encargos dos trabalhos ascendam os trinta mil euros mais IVA, contudo, não será objeto de qualquer financiamento, o valor do IVA no caso, sessenta e nove mil euros. O valor do encargo correspondente ao Município de Albufeira, no valor total de quatro mil trezentos e doze euros e cinquenta cêntimos, ficaria assim repartido em quatro frações iguais no valor de mil e setenta e oito euros e treze cêntimos a pagar nos anos dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte e cinco. A não elegibilidade do IVA representa para os Municípios um aumento substancial das despesas de investimento sem comparticipação e sem possibilidade de recuperação. Contudo, e após analisar de forma cuidada e atenta a cópia autenticada da certidão da reunião extraordinária pude observar que o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade manifestar junto do Primeiro-Ministro, do Ministro das Finanças e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a necessidade de reverter esta regra para que o IVA seja considerado elegível. Assim, dada a posição do Conselho Intermunicipal, o partido Chega considera a questão que viria a ser levantada, devidamente estabelecida e esclarecida, pelo que irá então proceder à votação do ponto da ordem do dia.”-----

Vice- Presidente: “Agradecer a nota e dizer que, além das considerações efetuadas pela senhora deputada, dizer que uma das razões pelas quais este documento vem aqui é porque, também se trata de uma despesa plurianual, portanto, repartida de dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte e cinco, e portanto, a repartição de encargos por estes anos, é uma competência da Assembleia Municipal.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----



VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à aquisição de serviços de assessoria especializada para a constituição de comunidades de energia renovável com gestão agregada a nível intermunicipal; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

André Lima: "Obviamente que a minha intervenção não tem nada a ver com o falecimento do Papa, que eu lamento como qualquer falecimento de outra pessoa, tem a ver com o achar completamente desadequado trazermos a religião para este espaço, acho que isso poderia ser guardado para a missa ao domingo ou para outros fóruns e não para este, que se pretende laico." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Teresa Neto, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----



A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação do Voto de Pesar apresentado pelo CHEGA "Voto de Pesar pela morte de S.S o Papa Bento XVI";-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Raul Ferreira: "Tenho para já dois pontos prévios antes da minha intervenção, o primeiro quero dizer a todos que sou cristão, mas não sou católico praticante. Segundo, quando aceitei vir para esta Assembleia, tomei dois compromissos, um deles agir sempre em prol de Albufeira e o segundo foi agir segundo a minha consciência e relativamente a esta moção, tenho a dizer que a minha consciência diz-me para votar contra, e diz para votar contra, por uma razão muito simples, temos que estar atentos à história e ter também conhecimento do que foi a vida do Papa Bento XVI, enquanto arcebispo de Munique, entre o período de mil novecentos e setenta e sete e por vinte anos, encobriu diversos casos de pedofilia que são conhecidos, foram investigados e nunca foram julgados por uma questão, que penso que, todos nós compreendemos, dada a importância do nome de quem aqui estamos a falar. Para além desse facto, também quero aqui dizer que, tive também a ler, e é um assunto que me é muito pertinente, e muito caro a questão de pedofilia, o Papa Bento XVI foi dirigente de uma congregação para a Doutrina da Fé que visa investigar crimes dentro do seio da Igreja. Este movimento, está adstrita a um cumprimento de um documento que foi feito em mil novecentos e sessenta e dois e que visa que criar um pacto entre a vítima, entre a testemunha e entre o, vamos chamar o criminoso, um pacto de silêncio e, portanto, tudo o que se passa na investigação dentro daquela organização não passa para o exterior. Não estou a acusar o Joseph Ratzinger de pedofilia, mas o que é certo é que, ele omitiu os factos que teve conhecimento e penso que o crime de pedofilia é um crime horrendo, todos nós diariamente falamos nele e acho que devemos frontalmente olhar para o problema e tentar resolver. Dar aqui um voto de pesar a uma pessoa que esteve envolvido, e chamo a atenção que, não estou a dizer isto porque vi na TV ou no Correio da Manhã, chamar a atenção, por exemplo, um programa que passou em dois mil e seis na BBC, que se chama panorama da BBC e que tinha como título sexo, crimes e o Vaticano. Eles aí explicam bem e demonstram bem o que foi esta personalidade,



portanto, acho totalmente desadequado e, até por algum reconhecimento e pelo respeito que nos merecem as vítimas, estar aqui a aprovar um voto de pesar pela morte desta pessoa, com todo o respeito que tenho pela Igreja Católica, por todo o respeito que tenho por quem pertence à Igreja, por quem professa a religião católica, mas sinceramente, em consciência, não consigo provar, nem de alguma forma ter algum gosto, ou algum apreço por esta pessoa.”-----

Domingos Coelho: “Já que estamos a falar aqui um pouco de história, acrescentaria aqui mais alguns dados, o cardinal Ratzinger foi um dos cardeais que, aquando o fim do seu trabalho no Vaticano, foi um dos ferozes combatentes à chamada teoria da libertação que, especialmente na América Latina, procurava combater a pobreza e que levou ao assassinato, por exemplo, do bispo El Salvador. Estou com o nosso colega Raul Ferreira, e votar contra um pesar, também diria que, não me sinto muito à vontade, agora votar a favor, também não me sinto à vontade pela história deste Papa e especialmente enquanto foi cardeal.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: oito (08) Raul Ferreira, Dário Pereira, Leonardo Paço, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes e Carla Madeira. -----

Abstenções: treze (13) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Mónica Coimbra, Carlos Gabriel, Domingos Coelho, Carlos Vieira, Luis Afonso, Carla Vieira, Teresa Neto, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras-----

Votos a favor: três (03) Luna Silva, Sílvia Dias e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi reprovada por maioria.-----

Presidente da Assembleia: “Só para informar que foi entregue na Mesa, um pedido de junção de documentação e um pedido de parecer relacionado com a questão dos deputados não inscritos. Eu irei analisar a situação e, naturalmente, responder por escrito e fazer o pedido do parecer a quem de direito.”-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:00 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e

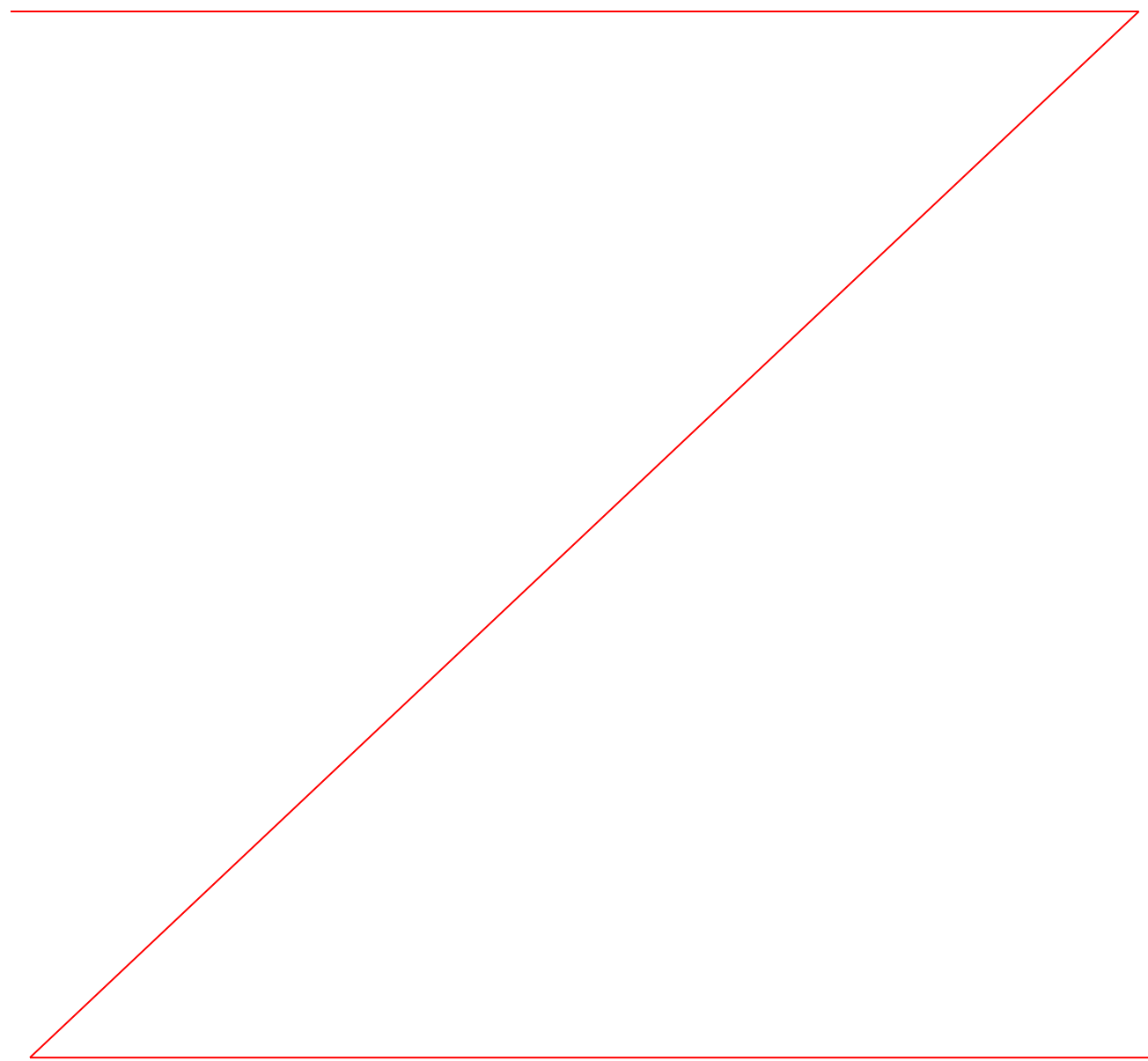
aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 23 de janeiro de 2023 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





Pedido de esclarecimento ao Governo da República Portuguesa

Exmo. Sr. Ministro do Ambiente e da Ação Climática,

Sabemos que Algarve sofre de seca endémica, agravada pelas alterações climáticas e que as barragens do Algarve ainda não estão cheias.

Nos últimos meses, várias notícias vieram na comunicação social dando conta da possibilidade de Albufeira poderá receber uma central de dessalinização, a primeira em Portugal continental.

Encaramos a dessalinização como uma solução positiva dentro de várias medidas de eficiência hídrica possíveis. Pese embora, a sua instalação em regiões costeiras turísticas, não possa dispensar um planeamento sério e uma participação pública realizada com competência e transparência.

Por isso, solicitamos ao Governo Central, e ao seu Ministério do Ambiente e da Ação Climática, que envie a esta Assembleia Municipal informação atualizada sobre a evolução dos processos de instalação da central de dessalinização no Algarve, nomeadamente os estudos técnicos, os critérios usados para definir a sua localização, o projeto e o estudo de avaliação de impacte ambiental.

Deve haver a máxima transparência em torno do processo de construção da futura central de dessalinização do Algarve, no âmbito do plano regional de eficiência hídrica, sobretudo para com a população que a pode vir a receber.

A dessalinização é o processo de remoção de sais da água. Um dos subprodutos dessa purificação e/ou filtração é uma água salobra, a salmoura, que pode degradar os ecossistemas costeiros e marinhos, se as medidas de mitigação deste efeito não forem devidamente acauteladas. Na prática, quando bombeada de volta para o oceano essa salmoura diminui o volume de oxigênio na água e pode ter impacto negativo na vida de espécies marinhas e organismos ao longo da cadeia alimentar, e esta questão penso que será consensual a gerar preocupação de todos.

Por outro lado, é pertinente saber, se a instalação de uma central de dessalinização onde se fala, em terreno localizado algures sito no local da rocha baixinha em Albufeira, a se verificar, não terá um impacto visual e de ruído com consequências negativas lógicas numa zona turística, onde existem várias praias com bandeira azul, vários hotéis a funcionar, e pelo menos um Hotel com perspectivas de vir a ser requalificado para uma unidade turística de alta qualidade. Numa zona, que poderia vir a ser no futuro, uma zona de expansão hoteleira de excelência pela sua localização, forma do relevo e dimensão.

Por tudo isto e certamente por muito mais, a saber sobre este processo e a sua localização, vem esta Assembleia Municipal, demonstrar perante o Governo da República a sua preocupação sobre a instalação da central de dessalinização em Albufeira, pretendendo ser plenamente esclarecida sobre esta matéria no que concerne ao pontos supra referidos, o que desde já cordialmente agradece.